



# PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO VI

PASQUIM FEMINISTA  
Publicação da  
COLETIVA FEMINISTA GSEX  
ANO VI- N°5

Data de fechamento: 30/05/2025

**Maria Meire de Carvalho**  
Coordenadora do projeto

**Ana Gabriela Colantoni**

Revisoras do projeto

**Ana Carola Cavalcante**  
Design e Diagramação gráfica



# Mulheres, Corpo, Comida e Ancestralidade: quando o corpo deixa de ser casa

por: *Maria Lucia Candido da Silva*

O tema “mulheres, corpo, comida e emoções” é um dos focos centrais do trabalho da nutricionista e jornalista Manoela Figueiredo, uma das pioneiras da Nutrição Comportamental no Brasil. Suas discussões propõem reflexões profundas sobre “Comer Emocional, Comer Intuitivo, Mindful Eating, imagem corporal e os padrões de beleza impostos às mulheres na sociedade contemporânea”.

Vivemos em uma cultura movida por imagens, curtidas e comparação constante. Muitas mulheres passaram a acreditar que pertencimento depende da aparência. Se o corpo agrada, recebe validação. Se não agrada, recebe julgamento. E então começa a tentativa de modificar o próprio corpo.

Em alguns casos, procedimentos estéticos podem ser necessários, desejados ou importantes para autoestima e bem-estar. O problema não está no cuidado ou na estética em si. O problema surge quando muitas mulheres passam a perder sua própria imagem corporal na tentativa de alcançar uma imagem idealizada socialmente. Aos poucos, deixam de se reconhecer.

Os rostos começam a ficar parecidos. Os corpos também. Como se existisse apenas uma maneira correta de ser mulher. Características naturais passam a ser vistas como defeitos que precisam ser corrigidos. O considero fundamental incluir a ancestralidade nesta reflexão, porque não existe maneira de discutir o corpo da mulher brasileira sem discutir herança cultural. Mulheres brasileiras não nasceram da família Barbie.

O corpo feminino carrega marcas das mulheres africanas, indígenas e europeias. Carrega força, resistência, sobrevivência e memória. Somos descendentes de mulheres que sustentaram famílias, atravessaram dificuldades, criaram filhos, trabalharam duro e se tomaram a base emocional de muitos lares brasileiros.

Por isso, muitos corpos femininos brasileiros não cabem e talvez nunca caibam em padrões estéticos homogêneos, extremamente magros e artificialmente idealizados. Quadris largos, ossos fortes, curvas acentuadas e nádegas maiores não são falhas. Muitas vezes, são marcas biológicas e ancestrais.

Existe algo profundamente doloroso quando mulheres passam a rejeitar justamente as características que contam sua própria origem. O sofrimento se intensifica quando há distorção da imagem corporal. Muitas mulheres passam a enxergar no espelho um corpo diferente do corpo real. Mesmo magras, sentem-se grandes. Mesmo saudáveis, acreditam que nunca são suficientes. A percepção corporal deixa de ser apenas física e passa a ser emocional, social e psicológica.

Estudos sobre imagem corporal e transtornos alimentares mostram que a comparação constante com padrões irreais pode alterar profundamente a maneira como a mulher percebe a si mesma. A pressão estética, a idealização da magreza e a exposição contínua a imagens “perfeitas” criam um conflito permanente entre o corpo real e o corpo idealizado. A mulher passa a olhar para si carregando o olhar da sociedade. Mas até que ponto esse olhar realmente acolhe a mulher?

Ou será que muitas vezes ele funciona como mais uma forma de controlar, corrigir e silenciar seu ser espontâneo, real e humano?

A sociedade frequentemente valoriza corpos, mas não escuta mulheres. Exige beleza, mas rejeita imperfeições naturais. Cobra juventude, magreza e desempenho constante, enquanto afasta a mulher de sua autenticidade. Nesse processo, muitas deixam de existir como são para tentar existir como esperam que elas sejam. O corpo passa a ser moldado para aceitação externa, enquanto emoções, identidade e individualidade ficam cada vez mais silenciadas. E quando essa percepção distorcida encontra dores emocionais, traumas, rejeições ou experiências difíceis, o corpo muitas vezes passa a representar vergonha, inadequação ou desconexão.

**Continua na próxima página...**



É uma ruptura entre corpo e identidade. A comida entra nesse cenário não apenas como alimento, mas também como companhia emocional. Em dias difíceis, acolhe. Em momentos de ansiedade, alivia. Em situações de solidão, conforta. Comer emocionalmente não significa falta de força. Muitas vezes, significa uma tentativa humana de lidar com sentimentos que não encontram espaço para serem expressos. É nesse contexto que o trabalho de Manoela Figueiredo ganha relevância. Ao falar sobre "Comer Intuitivo e Mindful Eating", ela propõe uma reconexão com o corpo e com os sinais internos de fome, saciedade e satisfação. Sua proposta não ignora a saúde. Pelo contrário, questiona a violência estética normalizada na cultura das dietas.

Respeitar a fome. Perceber a saciedade. Encontrar satisfação na comida. Lidar com emoções com gentileza. Tudo isso se torna profundamente revolucionário em uma sociedade que ensina mulheres a desconfiar do próprio corpo.

Vivemos hiperconectadas ao celular e, ao mesmo tempo, desconectadas de nós mesmas. Muitas mulheres sabem quantas curtidas receberam, mas não conseguem perceber quando estão cansadas, ansiosas, tristes ou emocionalmente sobrecarregadas. Talvez por isso tantas tentem transformar o corpo quando, na verdade, o que precisa ser acolhido são emoções, histórias e dores invisíveis. Talvez tenha chegado a hora de transformar a comparação em cuidado coletivo entre mulheres.

Durante muito tempo, fomos ensinadas a competir entre nós, quem é mais magra, mais jovem, mais bonita, mais desejada, mais aceita. Mas nenhuma mulher se fortalece sendo reduzida a um padrão. É chegada a hora do cuidado coletivo. De mulheres acolhendo mulheres. De corpos sendo vistos além da estética. De relações menos baseadas em julgamento e mais baseadas em humanidade. E também é chegada a hora da autocompaixão.

De olhar para si com menos violência e mais humanidade. De compreender que o corpo não precisa ser perfeito para merecer respeito. De perceber que existir não deveria ser uma luta permanente contra o espelho.

A autocompaixão não é desistir da saúde ou do cuidado. É abandonar a punição constante. É reconhecer limites, emoções, dores e histórias sem transformar tudo em culpa.

Talvez muitas mulheres estejam cansadas não apenas das dietas, mas da obrigação de serem fortes o tempo todo, bonitas o tempo todo, produtivas o tempo todo. A autocompaixão devolve algo que a pressão estética tentou retirar, o direito de ser humana. Ela permite comer sem culpa, habitar o corpo sem vergonha e olhar para si sem carregar apenas o julgamento social.

Porque nenhum processo de cuidado verdadeiro nasce do ódio ao próprio corpo. O cuidado real começa quando a mulher entende que merece acolhimento antes de merecer aprovação. Talvez o problema nunca tenha sido o corpo feminino brasileiro, mas sim uma sociedade que tenta apagar ancestralidades, silenciar diferenças e vender um padrão impossível como sinônimo de valor. E talvez a verdadeira liberdade comece quando a mulher entende que seu corpo não precisa ser corrigido para merecer existir.

Seu corpo não é erro. É herança. É memória. É resistência. É força.

#### Referências:

ALVARENGA, Marle dos Santos; DUNKER, Karin Louise Lenz; PHILIPPI, Sonia Tucunduva (org.). Transtornos alimentares e nutrição: da prevenção ao tratamento. Barueri: Manole.

FIGUEIREDO, Manoela; ANTONACCIO, Cynthia. Mindful Eating: comer com atenção plena - transforme a sua relação com a comida. São Paulo: Amaryllis.

Maria Lucia Candido da Silva é nutricionista com certificação em Nutrição Comportamental (CRNI 25136), com atuação em alimentação, emoções e comportamento alimentar. Formação em Práticas Integrativas, Gestão Hospitalar e Pedagogia.

Pós-graduada em Nutrição de Precisão e Modulação Intestinal e Programação Neurolinguística (PNL), Interpretação de Exames Laboratoriais, Auriculoterapia Chinesa, Bioenergética e Dietoterapia Chinesa.

# Feminização da pobreza: gênero, raça e classe como marcadores sociais das desigualdades

por: *Maria Meire de Carvalho*

Muito se exprime sobre os índices de desigualdade social no Brasil e no mundo, principalmente em países em desenvolvimento, porém poucos fazem menção à dimensão desse índice no contexto de gênero. Refletir sobre a feminização da pobreza é uma pauta necessária e urgente, pois essa desigualdade se estabelece enquanto estrutural na nossa sociedade, já que sua incidência é a desproporcional pobreza das mulheres, potencialmente, as negras.

A feminização da pobreza foi mencionada pela primeira vez em 1978, pela socióloga norte-americana Diane Pearce, que buscava retratar a tendência de aumento na proporção de mulheres entre a população mais pobre, bem como o aumento de famílias chefiadas por mulheres, nos Estados Unidos (IPEA, 2005). Dessa maneira, a feminização da pobreza faz referência a uma realidade onde a vulnerabilidade econômica feminina é agravada pela divisão sexual do trabalho, pela desigualdade salarial, pelo monopólio do trabalho de cuidado e por lares chefiados, exclusivamente por mulheres, principalmente, por mães solo.

É notório que a divisão sexual do trabalho segrega as mulheres aos ambientes onde não há visibilidade de seus esforços, limitando suas possibilidades de expansão social, política e econômica. No Brasil, por exemplo, a análise da feminização da pobreza precisa ir além de um estudo sobre as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres. É necessário considerar o processo colonialista, imperialista, escravocrata, patriarcal e como eles agiram e ainda agem sobre a divisão sexual do trabalho, afetando diretamente a experiência socioeconômica feminina.

Na atualidade, fica evidente que o empobrecimento das mulheres é ocasionado pela exploração do capital sobre o trabalho que utiliza das relações assimétricas de poder entre homens e mulheres para estabelecer uma posição de subalternidade de gênero. A divisão sexual do trabalho é validada pela cultura colonial, patriarcal, racista e sexista, que desenha na perspectiva do lucro, os estereótipos de quais papéis devem ser desempenhados por cada indivíduo nas relações sociais.

A estratégia capitalista de retirar e desconsiderar o cuidado como trabalho, articulada com o controle dos corpos femininos se intensifica com o isolamento do ambiente doméstico como privado e isento de capacidade política, formando um arcabouço para a realização do trabalho doméstico e de cuidado como gratuito, aquele realizado como parte afetiva, atribuída às mulheres.

A pesquisadora Sílvia Federici afirma que no capitalismo existe uma violência constante na vida das mulheres, sendo que “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não remunerado”. É nesse contexto que a desigualdade estrutural que sustenta a feminização da pobreza se fortalece e dissemina as opressões de gênero nas mais diversas camadas sociais. Nessa engrenagem, a existência da pobreza feminina se estabelece culturalmente criando “um apartheid social de gênero”, que se torna mais uma ferramenta do poder patriarcal.

Assim, a feminização da pobreza se estabelece pelo empobrecimento feminino e isso não é algo pontual e descontextualizado, mas sim um fenômeno estrutural sistemático resultante das hierarquias de poder que estruturam a nossa sociedade. Importante salientar que apesar de raça e gênero terem sido instalados por processos de rupturas epistêmicas de épocas diferentes, ambos passam por transformações históricas dentro da estabilidade da episteme que os originou (Segato, 2022).

**Continua na próxima página...**



Assim, esses marcadores sociais se interseccionam e sobrepõem as opressões existentes, colocando, principalmente, a mulher negra/pobre, em um local de subalteridade exacerbada. As articulações construídas pelas estruturas patriarcais, coloniais, capitalistas, racistas e sexistas atingem as mulheres negras de maneira dupla, uma vez por serem mulheres, e outra vez por serem negras, destacando assim as especificidades, do fenômeno da feminização da pobreza, que precisam ser analisadas sob o prisma da interseccionalidade de raça, gênero e classe. Pesquisas apontam a necessidade de intensificar a pauta da feminização da pobreza nas discussões econômicas globais e nas lutas feministas. Como bem frisou Silvia Federici, na obra "O ponto zero da revolução", "fica explícito que qualquer projeto feminista exclusivamente implicado com a discriminação sexual, sem situar a feminização da pobreza no contexto do avanço das relações capitalistas, estará condenado à irrelevância e à cooptação" (Federici, 2019). Lutemos para mudar essa realidade alarmante, pois como afirmou Helena Hirata: "enquanto a divisão do trabalho doméstico for assimétrica, a igualdade será uma utopia".



## Entre molduras e escolhas: o que ainda nos ensina O Sorriso de Mona Lisa (2003)

por: *Rafaela Melo - doutoranda em História - PPGH UFG.*

E-mail: [rafaelamelo@discente.ufg.br](mailto:rafaelamelo@discente.ufg.br)

O filme "O Sorriso de Mona Lisa (2003)", ambientado em um tradicional colégio feminino estadunidense, nos anos 1950, expõe com precisão o modo como a educação das mulheres foi historicamente orientada não à emancipação, mas à conformação. Sob a aparência de excelência acadêmica, o que se ensinava, na prática, era a reproduzir um ideal, que seria casar bem, sustentar a ordem e se ajustar ao esperado.

A chegada da professora Katherine Watson (Júlia Roberts) tensiona esse modelo ao propor algo aparentemente simples, mas profundamente disruptivo: que suas alunas pensem por si mesmas, assim, mais do que apresentar novos conteúdos, ela desloca o olhar e é justamente nesse ponto que a obra se torna atual. A questão não é apenas o acesso à educação, mas o que se faz com ela e a quem ela serve. Ao acompanhar personagens que oscilam entre o desejo de autonomia e a segurança da norma, o filme testemunha como as estruturas de gênero operam de forma sofisticada, muitas vezes internalizadas. Aqui não se trata apenas de imposições externas, mas de um aprendizado contínuo dos limites do que é adequado desejar, o que é possível escolher, o que é aceitável recusar.

Nesse aspecto, a reflexão proposta por José Saramago, em *Ensaio sobre a cegueira*, que "dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos" (1995), ilumina o conflito central das personagens. Ao reconhecermos essa dimensão interna, enfrentamos o desconforto de romper com expectativas consolidadas, inclusive aquelas que parecem oferecer estabilidade e reconhecimento social. Quase oito décadas depois do contexto retratado, a pergunta que o filme levanta permanece oportuna: até que ponto as escolhas das mulheres são, de fato, livres? Em diferentes formas, ainda operam dispositivos que orientam trajetórias femininas para caminhos considerados mais seguros, legítimos ou desejáveis. Questioná-los não é um gesto simples, mas um movimento que exige consciência crítica e, sobretudo, coragem!

Assim, "O Sorriso de Mona Lisa (2003)", não é apenas um retrato de uma época, que nos parece distante, mas um convite incômodo e necessário: o de olhar para além das molduras que nos são oferecidas e perguntar, com honestidade, se aquilo que escolhemos corresponde, verdadeiramente, ao que somos.



## Até quando precisaremos nos disfarçar?

*por: Camila dos Passos Araujo Capparelli é professora da rede estadual de educação do Estado de Goiás; Doutora em Letras e Linguística (UFG)*

No final de novembro de 2023, estive em Vitória da Conquista, cidade localizada no sudoeste do estado da Bahia, para participar pela primeira vez do Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Estava bastante empolgada por, pelo menos, dois motivos. Primeiro porque se tratava de um evento de alta relevância para os estudos de gênero e sexualidade, principalmente por já ter recebido pesquisadoras como Judith Butler, cujo livro “Desfazendo Gênero” deu título ao Seminário. Outro motivo de empolgação, dessa vez de cunho mais pessoal, se devia ao fato de que havia acabado de me casar no civil e minha esposa me acompanhava na ocasião e participaria de algumas das atividades do evento ao meu lado.

Após pouco mais de seis horas de viagem de ônibus, e de muita apreensão no trajeto que contempla a Serra do Marçal, que, apesar das lindas paisagens naturais, é considerada uma das mais perigosas do Brasil, desembarcamos em Vitória da Conquista e solicitamos um motorista de aplicativo para nos levar à universidade que sediou o evento: a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Quando adentramos o carro, o motorista, visivelmente mal-humorado, checkou o destino e nos disse que não costumava aceitar corridas para a universidade, já que era um local fora da cidade e que estudantes eram muito baderneiros. Ainda assim, disse que “quebraria nosso galho”. No início do percurso, perguntou o motivo de nossa ida à UESB e eu disse que seria para participar de um evento, que ele quis saber o nome. Quando eu disse que se tratava do evento “Desfazendo Gênero”, ele logo me indagou se era lá o lugar onde as pessoas ensinavam sobre a ideologia de gênero. Eu me limitei a dizer que era um evento acadêmico sobre identidades e busquei encerrar o assunto que eu nunca quis começar.

Ainda durante o trajeto, esse motorista nos fez outra pergunta: Vocês são irmãs ou amigas? Nós duas nos olhamos e eu rapidamente respondi que éramos amigas. Foi um momento paradoxal. Por um lado, era como negar o status civil que almejamos tanto conseguir. Por outro, a aparente aversão à universidade atrelada à ideia de existência de uma ideologia de gênero me fez acionar essa negação como um mecanismo de autoproteção. Não posso afirmar que o motorista agiria diferente ao saber do nosso relacionamento, mas também não há garantias de que não agiria. Ocorre que essa microssituação, a exemplo de muitas outras, me faz pensar o quanto nós mulheres, sobretudo as que não se enquadram em sexualidades hegemônicas, se veem cotidianamente acuadas por homens alinhados aos discursos da extrema-direita.

Curiosamente, após o ocorrido, apresentei o andamento de uma pesquisa que, entre outras coisas, defende a criação de espaços seguros na formação de professoras a fim de que as identidades sejam vivenciadas livremente (Capparelli, 2025). Em outros termos, um espaço em que as pessoas possam ser elas mesmas para vislumbrar uma educação linguística que considera as interseccionalidades de gênero, raça, classe e sexualidade. Por isso, ao recuperar o episódio com o motorista e pensar nas condições de existência de mulheres lésbicas, muitos incômodos me atravessaram. Se mesmo nós, mulheres cis, brancas, cientes de nossos direitos e com recursos financeiros para solicitar um motorista de aplicativo, precisamos nos mascarar diante do medo e da insegurança, como ficam existências outras marcadas por vulnerabilidades ainda mais escancaradas?

**Continua na próxima página...**



A experiência com o motorista de aplicativo me fez compreender, mais uma vez, que a afirmação das identidades não depende apenas do desejo de existir publicamente, mas sobretudo das condições de segurança oferecidas, ou mesmo negadas, pelos espaços sociais que habitamos. Há contextos em que nossos corpos podem respirar; em outros, precisam se contrair, silenciar-se ou mesmo disfarçar-se para permanecer seguros. Afinal de contas, o que significa viver em uma sociedade na qual sujeitos dissidentes ainda precisam calcular os riscos de dizer quem são? Até que ponto esses pequenos silenciamentos cotidianos, acionados como forma de autoproteção, expõem os limites de uma ordem social que insiste em empurrar determinadas existências para a invisibilidade? Ao olhar em retrospecto, penso que talvez uma das questões mais incômodas seja justamente esta: até quando será necessário negociar a própria identidade para garantir algo tão básico quanto atravessar um trajeto em segurança?



# Andorinha sozinha

por: *Julianne Veiga*

No final de tarde da sexta-feira véspera do carnaval, na cidade já enfeitada, a festa se antecipava de forma doméstica. Era hora de passar pelas ruas o bloco desta vez chamado de Alegria, antes Dos Sujos e, primeiro ainda, de Zé Pereira – minha designação preferida, apesar de eu não saber a origem e o sentido do nome.

Depois de parar um tempo com uns amigos, para uma beirada de prosa, junto ao banco da ponte, eu caminhava pela calçada do cais do rio. Vi adiante, num grande banner, tipo painel, a fotografia de um amigo, que não está mais vivo por aqui. Parei diante dele e o fotografei. Gostei da homenagem que lhe fizeram. Ele foi um homem que teve a coragem de assumir sua sexualidade e sua caminhada masculina em trajeto por uma estrada julgada torta pelo preconceito dominante. Morreu cedo. Penso que algumas lutas nos consomem mais do que supomos, a dele pode ter sido uma destas.

Olhando para o banner, eu, que caminhava sozinha na véspera do carnaval, longe de qualquer risco eventual, lembrei-me da música que por incontáveis vezes cantei e dancei quando jovem: “Mulher casada, que anda sozinha, é andorinha, a andorinha. É andorinha, que sozinha faz verão, andorinha, CUIDADO, homem casado sozinho é gavião”. Tanta mensagem negativa subliminar traz a letra desta marchinha, me coloquei a pensar. Por longo período eu não as percebia, talvez por ser dominante, forte, amplo e naturalizado o padrão machista – justo por isto, quase sempre, aceito passivamente, sem questionamentos.

Eu era ali, já bastante tempo depois, uma mulher a andar só. Numa forma de síntese destas imagens, naquele final de tarde, caminhando só, me lembrei de uma andorinha, ave pequena bravia que vi a afugentar sozinha um gavião no céu do sítio. O gavião, algumas vezes maior do que a andorinha, era afugentado por ela de onde, certamente, representava perigo. A andorinha, só, sequer precisou de seu bando para legitimar sua valentia.

Por outro lado, veja, andorinha - palavra escrita na forma feminina para designar uma ave pequena que vive em bandos - é culturalmente associada à imagem do feminino frágil, embora não o seja. Já o gavião - palavra escrita na forma masculina - é associado ao macho predador sorrateiro e solitário. Bastante simbólicas estas associações, elas dizem muito sobre o sistema patriarcal vigente. É comum a apropriação pelo sistema de imagens fortes para com elas robustecer a ideia que se faz do masculino e, também, no sentido oposto, ligar ao feminino as ideias de, entre outras, fragilidade e insuficiência. O irônico é que, sabemos, tanto andorinha quanto gavião são palavras que referem-se, por igual, às fêmeas e aos machos daquelas espécies de aves e, note, isto também carrega um grande e positivo simbolismo de igualdade.

No último 08 de março, num final de tarde chuvoso, toquei em cortejo com o bloco de mulheres, do qual faço parte - o Bloco da Mulherada Comigo Ninguém Pode. Celebramos nossas vidas e a potência que nos constitui ao mesmo tempo em que protestamos contra a violência, das mais intensas e variadas maneiras, de que as mulheres são vítimas.

Andorinha, cuidado, mantenha-se atenta!

# Violência digital de gênero: o pacote de medidas e a responsabilidade das big techs na prevenção e proteção das mulheres

por: *Izabela Lopes Jamar*

A violência contra as mulheres na internet deixou de ser um “efeito colateral” das redes sociais há muito tempo. O que vemos hoje é uma verdadeira estrutura digital de perseguição, humilhação e silenciamento feminino funcionando diariamente diante da complacência — e muitas vezes da omissão — das grandes plataformas. Os novos decretos assinados pelo Governo Federal representam, portanto, uma mudança importante: pela primeira vez, o Estado brasileiro reconhece de maneira mais objetiva que empresas de tecnologia também possuem responsabilidade concreta na proteção das mulheres em ambientes digitais.

A medida determina que plataformas mantenham canais acessíveis para denúncias de divulgação não autorizada de imagens íntimas e retirem o conteúdo em até duas horas após a notificação. Pode parecer pouco para quem nunca viveu esse tipo de violência. Mas para uma mulher exposta virtualmente, duas horas podem significar a diferença entre contenção e destruição completa de sua vida social, profissional e psicológica.

Porque não estamos falando apenas de “fotos vazadas”. Estamos falando de chantagem, perseguição, vingança, misoginia organizada e linchamento público virtual. E o problema se agravou com a popularização da inteligência artificial. Hoje, mulheres têm seus rostos inseridos em imagens falsas de nudez sem qualquer consentimento, transformadas em alvo de pornografia fabricada digitalmente. O corpo feminino segue sendo tratado como território público até quando sequer pertence à realidade.

Outro ponto relevante dos decretos é a obrigação das plataformas de preservar provas para investigações e atuar preventivamente contra assédio coordenado, ameaças e violência de gênero. Durante anos, empresas lucraram com engajamento gerado pelo ódio, enquanto vítimas ouviam que bastava “bloquear”, “ignorar” ou simplesmente “sair da internet”.

Mas mulheres não deveriam ser expulsas do espaço digital para sobreviver. A atualização da regulamentação do Marco Civil da Internet também acompanha entendimento recente do STF ao ampliar a responsabilização das plataformas diante da circulação massiva de conteúdos criminosos. Isso inclui fraudes, exploração sexual infantil, tráfico de pessoas, incentivo à automutilação e violência contra mulheres. Importante destacar: responsabilizar plataformas não é censura. Essa narrativa interessa justamente aos setores que lucram com a ausência de limites. Nenhum direito fundamental pode servir de escudo para práticas criminosas. Liberdade de expressão nunca significou liberdade para destruir mulheres.

O ambiente digital se tornou extensão da violência estrutural que mulheres já enfrentam nas ruas, em casa, no trabalho e nas instituições. A diferença é que agora a agressão acontece em velocidade algorítmica, diante de plateias gigantescas e com capacidade de perpetuação quase infinita. Esses decretos não resolvem tudo. Ainda há enormes desafios de fiscalização, efetividade e resistência das big techs. Mas representam um marco simbólico e jurídico importante: o reconhecimento de que misoginia virtual não é “brincadeira”, “cancelamento” ou “treta de internet”. É violência. E violência contra mulheres precisa parar de ser tratada como dano colateral da era digital.

Izabela Lopes Jamar é advogada criminalista feminista, membra da Coletiva Feminista GSEX.



# Toinha

por: Sinvaline Pinheiro

Ela tinha um olhar que atravessava o corpo e até o coração...

Quando benzia, sentia o bater do peito e até o sangue que corria nas veias...

Era uma velha senhora que o tempo estruturou os sentidos.

Já quase no limiar da vida, a tez firme sem sorriso escondia os cacos de dentes e inspirava segurança...

Os pés grossos e enferrujados de poeira conheciam léguas de caminhos duros ...

As rugas do rosto e das mãos eram preenchidas de terra, fumo e fumaça...

Mas, diante de toda dureza, no fundo ela era só bondade e paz...

Era forte, nada temia, já não valia a pena ter medo ou sonhar...

Ela pisou o mundo, arranhou os dias, enfrentou guerras diárias para sobreviver...

E agora já com os passos lentos, só via o horizonte e o céu que planejava morar um dia ...

Coçando o queixo murmurava nomes desconexos, talvez de seres que só seus olhos pudessem ver.

Me apeguei ao seu sorriso banguelo, sua voz doce e suas histórias.

Ela sabia cochichar os segredos do mundo...

Mas, um dia voltei e ela já havia partido...

Apalpei os móveis e as paredes da casinha feita de lixo reciclado. Tudo ali ainda respirava ela e seu cheiro...

O cachorro magro olhando a rua, o vestido pendurado balançando ao vento e o carrinho de reciclagem que percorreu com ela as ruas da cidade, não escondiam a alma forte de Toinha...

E no silêncio da saudade ecoava suas palavras:

...acho que vou pro céu siá. Ave Maria ja rezei demais siá..." Né?

Sim, com certeza Toinha está num céu particular contando suas histórias.



## A vida não é para uma amadora

*por: Tatianna Dias do Amaral*

Não posso sair para dançar  
Nem me divertir  
Um homem vai puxar meu braço  
Sem o meu  
consentimento

Apalpar minhas costas  
Sem o meu consentimento

Apertar meu corpo contra o dele  
Sem o meu consentimento

Sussurrar nos meus ouvidos  
Sem o meu consentimento

Conduzir uma dança sem respeito  
Ele vai me violentar e me calar

Não consigo mais dançar com um homem...

